

22 JUL 1989

Brasil tenta acordo provisório com FMI

É uma tentativa de conseguir liberar créditos retidos dos bancos privados

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para o Estado

NOVA YORK — O Brasil irá tentar um acordo **stand-by** (provisório) de seis meses com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, o governo brasileiro irá anunciar em agosto a emissão de bônus de saída (**exit bonds**). Estas informações foram divulgadas ao Estado por um banqueiro credor americano que acrescentou ter gostado das explicações sobre a economia brasileira dadas pelo secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, durante uma reunião dos bancos credores ontem em Nova York.

A reunião começou às 14h20 (15h20 em São Paulo) e até as 19 horas locais não havia terminado. Além de Sérgio Amaral, o Brasil era representado pelo diretor da área externa do Banco Central, Arnin Lore. O comitê de credores composto por 16 bancos é chefiado por William Rhodes do Citibank. Rhodes chegou cinco minutos depois de Amaral e disse apenas: "Vamos ver como anda o Brasil".

Amaral e Lore deverão seguir para Washington, amanhã, onde conversarão com autoridades do Banco Mundial. Durante esta rodada com os credores, o Brasil pediu a liberação da última parcela de US\$ 600 milhões por parte dos bancos privados.

Sem este dinheiro, que poderá ser liberado até setembro, Amaral acredita ser difícil pagar os juros dos bancos, principalmente em setembro quando chegarão a US\$ 2 bilhões.

O Brasil alterou sua estratégia de negociar a dívida por uma razão até que simples: quer participar do processo de redução de débitos previsto no Plano Brady (do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady). Como uma das premissas para ser incluído nesta estratégia é estar em boas relações com o FMI, nada mais natural que tentar celebrar um acordo com a instituição multilateral. Desde que (diante do mau desempenho das contas brasileiras) é impossível acertar um acordo com o Fundo por vias normais, a equipe brasileira decidiu sair por uma alternativa até inteligente: um acordo provisório.

A partir dele, o País conseguiria recolher todo o crédito à sua disposição (e cujo veto ao saque é exatamente o FMI), sair do sufoco de caixa sem comprometer suas reservas internacionais e manter a imprescindível prestação em dia de seu gigantesco crediário com os bancos e agências oficiais internacionais. Quando desembarcou em Nova York, Amaral estava praticamente sem esperanças de ver o País incluído no Plano Brady. Agora, conforme caminhar o rumo das novas e importantes negociações, até o final deste ano o Brasil também poderá estar no seleto clube das nações endividadadas com status especial.